

Formação Académica:

Licenciatura em Economia, na Universidade Católica Portuguesa (1976-1981);

Pós-Graduação «Licence Spéciale en Économie Européenne» na Université Libre de Bruxelles (1984-1985);

Pós-Graduação em Gestão de Projetos, no Instituto Superior de Gestão (2003-2004);

Experiência Profissional:

Técnica Assessora da Equipa de Missão Lisboa-Europa2020 — Câmara Municipal de Lisboa — maio de 2015;

Vogal da Comissão Diretiva do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) — agosto 2007 a abril de 2015;

Chefe de Projeto da Estrutura de Gestão Financeira, Avaliação e Informação do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) — fevereiro 2001 a julho de 2007;

Diretora de Serviços Estrutura de Coordenação e Avaliação do Programa Pessoa — Instituto do Emprego e Formação Profissional — julho de 1992 a fevereiro de 2001;

Chefe de Divisão de Coordenação dos Centros de Formação — Instituto do Emprego e Formação Profissional — janeiro de 1992 a julho de 1992;

Técnica Superior da Divisão de Coordenação dos Centros de Formação — Instituto do Emprego e Formação Profissional — de setembro de 1989 a janeiro de 1992;

Técnica Superior da Divisão dos Assuntos do FSE — Instituto do Emprego e Formação Profissional — de janeiro de 1986 a setembro de 1989;

Estágio EDP, Eletricidade de Portugal, na Divisão de Formação Profissional — de abril de 1982 a outubro de 1982.

208831482

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinetes do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 8320-I/2015

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2014, de 17 de dezembro, bem como no n.º 4 do artigo 35.º-A do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 24/2015, de 6 de fevereiro, e no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro:

1 — É designado o Dr. Joaquim Roberto Pereira Grilo para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio.

2 — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

3 — A presente designação é efetuada em regime de substituição e tem como suporte a nota curricular do ora designado, publicada em anexo ao presente despacho que dele faz parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 29 de julho de 2015.

28 de julho de 2015. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

ANEXO**Nota curricular****Identificação:**

Nome: Joaquim Roberto Pereira Grilo;

Data de nascimento: 8 de fevereiro de 1972.

Habilitações Académicas e Formação Complementar mais relevante:

Licenciado em Economia pela Universidade de Évora (2000).

Curso de Especialização de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora (2006).

Seminário de Alta Direção da Administração Pública (SAD) do INA — Instituto Nacional de Administração (2005).

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) do INA — Instituto Nacional de Administração (2013).

Experiência Profissional mais relevante:

Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo desde 1 de março de 2015;

Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo desde 20 fevereiro de 2012, nomeado em regime de substituição;

Entre abril de 2009 e fevereiro de 2012, foi Técnico Superior na área de Economia do Gabinete de Apoio Investimento e à Iniciativa Turística da Turismo do Alentejo, E. R. T.;

Entre 2007 e 2009, foi Colaborador área comercial, financeira e gestão de clientes do Grupo Finibanco, S. A.;

Entre 2006 e 2007, foi Coordenador e Supervisor de Auditorias na Floriano Tocha & Paulo Chaves, Associados, SROC, L.ª;

Entre 2006 e 2007, foi Consultor Económico — Financeiro da Tocha & Chaves — Consultores Financeiros;

Entre 2005 e 2007, foi Presidente do Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moravis, CRL;

Entre 2002 e 2005, foi Chefe de Gabinete do Governador Civil de Portalegre;

Entre 2000 e 2002 e de 2006 a 2007, foi Economista e Consultor Financeiro do Grupo Competir, S. A.;

Economista, portador da Cédula Profissional n.º 9850, emitida pela Ordem dos Economistas.

208831709

**PARTE E****INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO****Despacho n.º 8320-J/2015**

O Instituto Politécnico do Porto pretende iniciar um procedimento de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do CCP, para a realização da “Empreitada de remodelação das novas instalações da ESTSP — Edifícios A, B, C, Cantina e Biblioteca”, com a Ref. PC.001.2015.0000309.

Considerando que:

i. O Instituto Politécnico do Porto, enquanto instituição de ensino superior pública, é dotada de um regime especial de autonomia administrativa e financeira, nos termos conjugados da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do artigo 94.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho;

ii. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a abertura de procedimento que dê lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico e que excedem o